

SIMULADO AMOSTRA

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
Oficial PM



PROVA OBJETIVA

Direito Constitucional

01. Acerca da teoria do poder constituinte, julgue os seguintes itens.

I. Constituição superveniente torna inconstitucionais leis anteriores com ela conflitantes.

II. Uma vez aprovada proposta de emenda constitucional pelo Congresso Nacional em exercício do seu poder constituinte derivado reformador, não haverá sanção ou veto pelo presidente da República.

III. Norma anterior não será recepcionada se sua forma não for mais admitida pela Constituição superveniente, ainda que seu conteúdo seja compatível com esta.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.

02. A Constituição da República traz no seu artigo 5º um extenso rol de direitos e garantias individuais, os quais

- A são aqueles que não comportam interpretação extensiva.
- B rejeitam a pena de morte por qualquer motivo aos crimes de quaisquer espécies.
- C incluem outros decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição ou dos tratados internacionais.
- D requerem regulamentação por lei complementar para garantia de sua eficácia.

03. Considere que Marcos é Presidente da Câmara dos Deputados. Diante desta informação, é correto afirmar que Marcos:

- A Possui, no mínimo, trinta e cinco anos de idade.
- B Pode ter nascido no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que eles não estivessem a serviço de seu país.
- C Possui pleno exercício dos direitos políticos, domicílio eleitoral na circunscrição e pode ou não ser analfabeto e ter filiação partidária.

D É brasileiro naturalizado, podendo ter cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

04. Com base nas disposições da CF referentes ao presidente da República, assinale a opção correta.

- A O presidente da República poderá ser preso em flagrante pelo cometimento de crime inafiançável.
- B Compete ao presidente da República, em ato indelegável, conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessária, dos órgãos instituídos em lei.
- C O presidente da República cometerá crime de responsabilidade se praticar ato que atente contra a segurança interna do Brasil.
- D Em caso de vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente da República no curso do mandato, deve ser realizada nova eleição direta em até trinta dias depois da última vaga.

05. A respeito do Poder Judiciário, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal.

- A A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.
- B Os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente com caráter decisório, e a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição.
- C Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério e uma de coach de concursos públicos.
- D O Supremo Tribunal Federal compõe-se de 9 (nove) Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 (trinta e cinco) e menos de 70 (setenta) anos de idade, de notável saber jurídico e reputação irreprochável.

06. Relativamente à segurança pública, como tal prevista na Constituição Federal da República, assinale a alternativa incorreta.

- A Aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil
- B Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública

C Compete às polícias civis, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares

D A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias federais

Direito Administrativo

07. No que se refere à origem, ao objeto e às fontes do direito administrativo, assinale a opção correta.

A A noção mais correta da expressão direito administrativo compreende-a apenas como uma disciplina científica, parte da ciência do direito.

B Em virtude do princípio da legalidade, é uníssono na doutrina o entendimento segundo o qual todas as leis são fontes do direito administrativo.

C Apesar da forte influência francesa e italiana, o direito administrativo tem sua origem identificada na Grécia Antiga.

D As fontes do direito administrativo podem ser classificadas segundo distintos critérios, como o de fontes formais e materiais e o de fontes escritas e não escritas.

08. Assinale a alternativa que indica corretamente organização da administração pública indireta.

A Autarquia

B Prefeitura Municipal

C Governo do Estado

D Ministério da Fazenda

09. Na descentralização, quando o poder público transfere por contrato a concessão ou a permissão de serviços públicos por prazo determinado, denomina-se:

A tutela

B outorga

C delegação

D desconcentração

10. À Administração Pública são concedidas determinadas prerrogativas que se mostram indispensáveis à consecução do interesse público, que integram os denominados Poderes da Administração Pública. Uma das prerrogativas constitui-se da possibilidade de edição de atos para complementação de leis, de forma a permitir sua efetiva aplicação. A prerrogativa descrita corresponde ao Poder

A de Polícia.

B Disciplinar.

C Regulamentar.

D Discricionário.

11. Um ato administrativo discricionário é aquele que:

A Não permite liberdade de escolha ao administrador.

B Permite certa margem de escolha ao administrador.

C É vinculado a critérios legais específicos.

D É realizado sem base legal.

12. Segundo a Lei nº 14.133/2021, conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o processo licitatório tem por objetivo, exceto:

A Assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, desde que não se refira ao ciclo de vida do objeto.

B Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.

C Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.

D Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Direito Penal

13. Em relação à aplicação da lei penal, de acordo com as disposições do Código Penal, assinale a opção correta.

A Leis penais gravosas aplicam-se retroativamente, quando surgirem durante o processo.

B Leis penais temporárias e excepcionais são sempre aplicadas de forma retroativa, uma vez que sua própria existência se fundamenta na necessidade de regular situação que demandava atuação imediata do legislador.

C Leis penais mais brandas não retroagem no caso de crimes permanentes ou continuados.

D Lei penal posterior que beneficie o réu deve ser aplicada retroativamente, mesmo no caso de condenação definitiva.

14. Está sujeito à lei brasileira o crime

A praticado em embarcação estrangeira na zona econômica exclusiva brasileira.

B praticado em embarcação privada brasileira atracada em país estrangeiro, se o agente tiver sido condenado no referido país.

C contra a honra do presidente da República praticado no exterior.
D de genocídio, quando o agente for absolvido no país estrangeiro, mesmo sendo domiciliado no Brasil.

15. Assinale a alternativa correta a respeito da imputabilidade penal.

A Foi adotado no Brasil, desde 1984, o sistema duplo binário para as medidas de segurança.
B É possível a conversão da pena em medida de segurança na hipótese de superveniência de doença mental.
C A imputabilidade, de acordo com o Código Penal, pode se dar por doença mental, embriaguez fortuita e privação temporária dos sentidos.
D A emoção e a paixão, além de não afastarem a imputabilidade penal do agente, configuram circunstâncias agravantes para o crime de homicídio.

16. Dentre os crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, assinale o único que admite a sua modalidade culposa:

A Peculato
B Prevaricação
C Concussão
D Corrupção passiva

17. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, constitui o crime de:

A Extorsão indireta.
B Roubo.
C Furto qualificado.
D Extorsão.

18. Acerca das disposições do Código Penal sobre concurso de pessoas, analise as afirmativas abaixo.

I. Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
II. Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
III. O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, são, via de regra, puníveis, ainda que o crime não chegue nem a ser tentado.

Estão corretas as afirmativas:

A I, II e III
B I e II apenas
C II e III apenas
D I apenas

Direito Processual Penal

19. De acordo com o art. 19 do CPP, nos crimes de ação penal privada, finalizado o inquérito policial, os respectivos autos devem

A ser remetidos ao Chefe de Polícia, para conferência e deliberação.
B ser remetidos ao órgão ministerial, para oferecimento de denúncia.
C ser remetidos ao juízo competente ou entregues ao requerente, se assim este solicitar, mediante traslado.
D aguardar, em sede policial, o oferecimento de queixa-crime.

20. O prazo para conclusão do inquérito policial, quando o indivíduo tiver sido preso em flagrante pela prática de furto simples, mas lhe for concedida a liberdade provisória na audiência de custódia, é de

A 5 dias improrrogáveis.
B 30 dias prorrogáveis por um único período de igual duração.
C 10 dias improrrogáveis.
D 30 dias prorrogáveis por prazos sucessivos, desde que o fato seja de difícil elucidação.

21. Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a do Superior Tribunal de Justiça, em regra, no caso de crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher, a ação penal será

A pública incondicionada.
B pública condicionada.
C privativa da ofendida.
D privada personalíssima.

22. Acerca do ônus da prova no processo penal, é possível afirmar que:

A a prova da alegação incumbirá a quem a fizer;
B o objetivo da produção da prova é favorecer o Ministério Público;
C a produção de nova prova não poderá ser requerida após iniciada a ação penal;
D o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida sem contraditório judicial, podendo

fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.

23. Assinale a alternativa correta em relação à prisão temporária.

A A prisão temporária terá prazo de 5 dias improrrogáveis.

B Decretada a prisão temporária e findo o seu prazo, será ela convertida em preventiva necessariamente.

C Caberá prisão temporária nas hipóteses de homicídio culposo e doloso.

D A prisão temporária caberá quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.

24. O Código de Processo Penal considera em flagrante delito quem “é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.” A doutrina classifica essas espécies de flagrante previstas no Código de Processo Penal. Na hipótese narrada acima, trata-se de flagrante

A impróprio.

B presumido.

C permanente.

D preparado.

Direito Civil e Direito Processual Civil

25. Sobre o Direito das Obrigações reguladas no Código Civil Brasileiro é correto afirmar que:

A A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

B A coisa incerta será indicada, ao menos, pela qualidade.

C Extingue-se a obrigação de não fazer, mesmo que, com culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.

D Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.

26. Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, “salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada”. Caso antes de entrar em vigor ocorra nova publicação destinada à correção de texto, o prazo da vacatio legis será

A interrompido, começando a correr a partir da nova publicação do texto legal.

B mantido inalterado, desde que não tenha ocorrido alteração de conteúdo da lei.

C multiplicado por dois a partir do saldo existente.

D suspenso, acrescentando-se o saldo remanescente.

27. Sobre a propriedade, de acordo com o disposto no Código Civil, assinale a alternativa correta.

A A propriedade do solo abrange jazidas, minas e demais recursos minerais, além dos potenciais de energia hidráulica.

B A propriedade do solo não abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes.

C Os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem a outrem.

D O proprietário do solo tem o direito de explorar os recursos minerais de emprego imediato na construção civil, ainda que submetidos a transformação industrial.

28. Considerando a personalidade e a capacidade das pessoas naturais no Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.

A Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, entre outros, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dez meses após o término da guerra

B Os pródigos são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer

C É vedada a declaração da morte presumida, sem decretação de ausência, ainda que for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida

D A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil e a incapacidade não cessará, para os menores, pelo casamento

29. De acordo com a Lei nº 8.078, de 1990, conhecida como Código de Defesa do Consumidor, a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios, exceto:

A Prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor.

- B Estudo constante das modificações do mercado de consumo.
- C Reconhecimento da vulnerabilidade do fornecedor no mercado de consumo.
- D Fomento de ações direcionadas à educação financeira e ambiental dos consumidores.

30. O Código de Processo Civil dedicou capítulo próprio para tratar das normas fundamentais do processo civil. Mais do que meras diretrizes interpretativas, as normas fundamentais possuem força cogente e repercutem na aplicação de diversos institutos processuais. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- A A boa-fé processual impõe às partes o dever de adotar comportamento ético e leal no curso do processo, tratando-se de irradiação do princípio da boa-fé objetiva, oriundo do Direito Privado.
- B O dever de fundamentação das decisões judiciais impede o uso da fundamentação per relationem, a qual é refutada pelo Superior Tribunal de Justiça após o advento do CPC de 2015.
- C Em razão da obrigatoriedade da observância da ordem cronológica de conclusão, juízes e tribunais, em nenhuma hipótese, poderão proferir decisões que não sigam tal ordem, sob pena de nulidade da decisão e responsabilização administrativa e civil do magistrado prolator.
- D Conquanto se trate de direito fundamental, a duração razoável do processo não foi replicada expressamente como norma fundamental do processo civil, pelo que sua aplicação é restrita aos processos de natureza penal.

Legislação Extravagante e Direitos Humanos

31. Atentando-se ao previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) a respeito de crimes, assinale a alternativa CORRETA.

- A Aos crimes cometidos contra a criança e o adolescente, a depender da pena prevista, aplica-se a Lei nº 9.099/1995.
- B Nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, admite-se a aplicação de pena prestação pecuniária.
- C Os crimes definidos na Lei citada são de ação privada incondicionada.
- D Apenas deixar o encarregado de serviço de atenção à saúde de gestante de manter registro das atividades desenvolvidas constitui conduta criminosa.

32. Acerca dos crimes hediondos, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 8.072/1990.

- A A pena por crime hediondo deve ser cumprida integralmente em regime fechado.
- B Não há crime hediondo tentado.
- C A configuração do crime hediondo requer a presença de violência real.
- D Os crimes hediondos são inafiançáveis.

33. Considerando o crime de tortura, é correto afirmar que

- A se cometido por agente público, não configura crime dessa natureza.
- B deve ter sido cometido em território nacional para aplicação da lei pátria.
- C é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- D se resulta morte, constitui crime de homicídio.

34. Segundo o disposto no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), NÃO compete ao Sistema Nacional de Armas (Sinarm):

- A Identificar as modificações que alterem o funcionamento de arma de fogo.
- B Registrar as armas de fogo, identificando a propriedade destas.
- C Cadastrar os armeiros em atividade no País.
- D Integrar no cadastro os acervos policiais já existentes.

35. Ante o que dispõe a Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) e suas alterações, o inquérito policial será concluído no prazo de:

- A 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso, e de 30 (trinta) dias, quando solto
- B 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto
- C 15 (quinze) dias, se o indiciado estiver preso, e de 30 (trinta) dias, quando solto
- D 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 45 (quarenta e cinco) dias, quando solto

36. De acordo com a Lei n.º 12.850/2013 (organização criminosa), a infiltração de agentes de polícia virtuais em tarefas de investigação na Internet será admitida

- A em todos os crimes punidos com pena de reclusão.
- B em todos os crimes punidos com pena privativa de liberdade.

C em todos os crimes previstos na referida lei e em crimes a eles conexos, praticados por organizações criminosas.

D nos crimes hediondos.

37. Nos termos da Lei de Abuso de Autoridade, assinale a alternativa correta.

A As penas previstas nesta Lei serão aplicadas com dependência das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis

B Configura o delito de violência institucional submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade, a situação de violência apenas

C Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada e condicionada à representação

D As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal

38. A respeito da Lei 14.786, de 28/12/2023 (Protocolo “Não é Não”), assinale a alternativa incorreta:

A Para os fins desta Lei, considera-se constrangimento qualquer insistência, física ou verbal, sofrida pela mulher depois de manifestada a sua discordância com a interação.

B Na aplicação do protocolo “Não é Não”, devem ser observados o princípio do respeito ao relato da vítima acerca do constrangimento ou da violência sofrida.

C Ser prontamente protegida pela equipe do estabelecimento a fim de que possa relatar o constrangimento ou a violência sofridos é um direito da mulher.

D Assegurar que na sua equipe tenha, no máximo, uma pessoa qualificada para atender ao protocolo “Não é Não” é um dever dos estabelecimentos como casas noturnas e boates.

Língua Portuguesa

39. Assinale a alternativa em que o emprego do acento grave indicador de crase está incorreto, de acordo com a norma padrão da língua portuguesa.

A Ela foi à feira comprar frutas.

B Ele se referiu àquela situação delicada.

C Vamos à escola todos os dias.

D Escrevi o bilhete à lápis.

Texto I (Questão 40)

“Aqui estou eu, o Fracasso,

o grande derrotado:

Vencido, vencido, como sempre,

Mas me orgulho de ser o único vencido

Que não desiste da luta.”

Chico Buarque de Holanda – Fragmento

40. No texto I, o autor utiliza-se da seguinte figura literária da:

A Metonímia

B Personificação

C Hipérbole

D Aliteração

41. A mesma regra de acentuação gráfica de estéril, joia e baú está presente em:

A útil - sábio - Raul

B súplica - jiboia - Piauí

C têxtil - saúde- ruim

D favorável - boia- Itajaí

42. No que concerne à concordância nominal, assinale a frase correta.

A Cerca de cem pessoas chegaram hoje pela manhã.

B O cachorro e a gata está quieta.

C Alguns de nós sai cedo.

D Hoje é onze de maio.

Raciocínio Lógico-Matemático

43. Três dados iguais, equilibrados e com seis faces numeradas de 1 a 6, são lançados simultaneamente. Qual é a probabilidade de que as três faces obtidas sejam diferentes?

A 4/9

B 5/9

C 7/9

D 8/9

44. Dois amigos trabalham juntos em um projeto e concordam em dividir o lucro de maneira proporcional às suas idades. O mais novo tem 22 anos e a soma das idades deles é 55. O lucro obtido com o projeto é de R\$ 8.000. Logo, o amigo mais velho irá receber, em reais:

A Menos de 4300.

B Mais de 4300 e menos de 4500.

- C Mais de 4500 e menos de 4700.
- D Mais de 4700 e menos de 4900.

45. Os terrenos em um novo loteamento de uma cidade serão colocados à venda por R\$ 800,00 por metro quadrado. Um morador pretende adquirir um lote retangular em que um dos lados mede 25 metros, e cujo perímetro mede 90 metros. O valor de venda desse terreno, em reais, será de

- A 72 000,00.
- B 280 000,00.
- C 400 000,00.
- D 600 000,00.

46. Considere a seguinte afirmação: “Ou durmo ou trabalho”. Uma negação lógica para a afirmação apresentada é

- A Ou não durmo ou não trabalho.
- B Trabalho ou durmo.
- C Se não durmo, então não trabalho.
- D Durmo se, e somente se, trabalho.

Noções de Língua Inglesa

Texto II (Questões 47 e 48)

Hi, my name is Rodrigo and today the teacher asked me to observe the class and tell you all the details. So, here it goes! My classmate Camille likes pink very much, her backpack is pink and her pencil case is also pink. Carlos likes green, his pencil is green. David likes the color orange, his eraser and his notebook are orange. Luis and Luana are siblings, their pens are blue. Our chairs are yellow and our tables are white. My book is red and my ruler is black. I guess this is all I could observe, thanks for your attention!

Internet

47. Qual a ideia geral do texto?

- A Parts of the house;
- B Black awareness;
- C School supplies and their colors;
- D Chairs and tables.

48. Na terceira linha do texto, “her” é pronome possessivo (possessive adjective) que se refere a qual pessoa do texto?

- A Rodrigo
- B Camille
- C Luís

D David

Texto III (Questões 49 e 50)

Brazil is preparing for the biggest heat wave in history, with temperatures above 45°C

Tired of the extreme heat in Brazil? So it's good to prepare, since according to the institute MetSul Meteorology, starting in the next few days another heat wave capable of breaking temperature records will hit the country.

According to information from the MetSouth, the heat wave has already begun, affecting mainly the South and Southeast of Brazil, with atypically high temperatures for the month of November, a period that is already historically hot, but which, in 2023, could see records broken.

Until Friday (10), the most intense heat should be concentrated in the Central-West and in the interior of São Paulo, but from the weekend onwards the mass of hot air increases and the maximum temperatures begin to reach more areas of Brazil, just as it was in September and October. (...)

Dacio Augustus – Adaptado

49. A temática abordada no texto

- A revela a necessidade de precauções diante das perdas econômicas advindas da onda de calor.
- B relaciona o aumento significativo das temperaturas ao fenômeno do aquecimento global.
- C alerta para a iminência de uma onda de calor intensa no Brasil que pode quebrar recordes.
- D evidencia a possibilidade de aumento na incidência de incêndios devido ao calor extremo.

50. A forma completa da frase “Tired of the extreme heat in Brazil?” é

- A Do you tired of the extreme heat in Brazil?
- B Are you tired of the extreme heat in Brazil?
- C Will you tired of the extreme heat in Brazil?
- D Would you tired of the extreme heat in Brazil?

PROVA DISSERTATIVA

- A prova deverá ser feita com caneta esferográfica fabricada em material transparente, de tinta azul ou preta, com grafia legível, a fim de não prejudicar o seu desempenho quando da correção pela Banca Examinadora, não sendo permitida a interferência e a participação de terceiros;
- A Prova Dissertativa (redação) deverá conter, **no máximo 30 (trinta) linhas e, no mínimo, 120 (cento e vinte) palavras**, tendo valor de 100 (cem) pontos;
- A fuga completa ao tema proposto é motivo suficiente para que a redação não seja corrigida em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero).

Leia, com atenção, o texto a seguir:

De acordo com informações apuradas pelo G1, o desembargador Eduardo Siqueira foi flagrado por uma equipe da Guarda Civil Municipal caminhando sem máscara pela faixa de areia da praia de Santos durante a tarde deste sábado (18). O vídeo mostra o momento em que os agentes abordam Eduardo, pedindo a colocação do item obrigatório. Na cidade de Santos, pessoas que não usam a máscara, por conta da pandemia do novo coronavírus, podem ser multadas.

Nas imagens, o desembargador diz que não vai assinar a multa e confronta o guarda afirmando que rasgaria o papel se ele insistisse em aplicar a sanção pela falta de uso do item de proteção. O Guarda Municipal, em seguida, alerta que se o desembargador jogasse a multa, ele seria autuado por desperdício em via pública, levando uma segunda multa. Ignorando o profissional, o desembargador rasgou o papel, jogou na faixa de areia da praia e foi embora em seguida.

Em seguida, o homem pega o celular e, segundo ele, liga para o Secretário de Segurança Pública do município, Sérgio Del Bel Junior. "Estou aqui com um analfabeto", diz o homem ao telefone. "Eu falei, vou ligar para ele [Del Bel] porque estou andando sem máscara. Apensar eu estou andando nessa faixa da praia e ele está aqui fazendo uma multa. Eu expliquei e eles não conseguem entender", reclama ao telefone.

No momento em que o guarda municipal está finalizando o preenchimento do papel da multa, o desembargador arranca o papel da prancheta, o amassa e joga no chão. O homem dá as costas para a equipe e sai andando, indo embora do local. [...]

Desembargador humilha guarda após multa por não usar máscara em SP: 'Analfabeto'. Disponível em: <https://www.g1.globo.com>

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **O abuso de poder e de autoridade no Brasil.**

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Texto Definitivo

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										

Gabarito

Simulado Amostra – Polícia Militar de Minas Gerais

NÍVEL SUPERIOR

Cadete / Aspirante-a-Oficial / 2º Tenente PM																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	C	A	D	D	A	C	C	B	A	D	D	B	A	D	B	C	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	A	D	A	A	A	C	B	C	A	D	D	C	B	B	C	D	D	D	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										
D	A	B	D	C	D	C	B	C	B										

Modelo de Redação

A Carta Magna brasileira determina que o abuso de autoridade, cometido por agentes públicos, é crime e deve ser punido, levando desde a exoneração do cargo até a detenção, de acordo com a gravidade do delito praticado. Contudo, ainda há cidadãos que, ao exercerem algum cargo público, utilizam o poder obtido para benefício próprio em detrimento das finalidades legais, esse tipo de conduta mostra-se persistente e tem como base a falta do exercício da cidadania — por parte do povo — para ir contra o que fere seus direitos.

Em primeira análise, é preciso destacar que o abuso de poder não é uma atitude exclusiva dos dias hodiernos, mas que perpetua-se desde séculos passados. Sob esse prisma, o filósofo Maquiavel, em sua obra “O príncipe”, afirma que o governante da nação faria o que fosse necessário — ainda que infringisse os direitos dos cidadãos — para alcançar os objetivos considerados essenciais para ele. Nesse viés, essa postura é refletida atualmente por muitas autoridades públicas, inclusive no cenário brasileiro.

Nessa perspectiva, a sociedade deve conhecer e exercer seus direitos políticos para não permanecer submetida ao crime supracitado. Tendo em vista esse panorama, segundo o filósofo John Locke, o homem tem a possibilidade de reivindicar o que lhe foi concedido pelo contrato social, sendo capaz de retirar do poder um representante escolhido por ele. Outrossim, os brasileiros devem denunciar os casos de poder usado em excesso, visando garantir uma representação genuína que assegure suas garantias, de acordo com a Constituição.

Urge, portanto, que medidas sejam tomadas para combater o abuso de poder e autoridade em território brasileiro. Desse modo, cabe ao Estado, por intermédio da legislação, punir veementemente os agentes que cometam essa infração — exonerando-os de seus respectivos cargos — para que não sejam capazes de transgredir a lei dessa forma novamente. Ademais, é dever do Ministério da Educação, por meio da Base Nacional Comum Curricular, originar uma disciplina com foco específico em instruir acerca das leis nacionais, objetivando que todos tenham conhecimento sobre sua cidadania e exerçam-na. Somente assim, atitudes inspiradas naquelas exibidas pelo príncipe relatado por Maquiavel não se repetirão.